



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

RELATÓRIO: RELUCI 2021.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – LEGISLATIVO MUNICIPAL.

Emitente: Unidade Executora do Controle Interno.

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Muniz Freire/ES.

Gestor responsável: Vilma Soares Louzada - Vereadora-Presidente.

Código TCE-ES: 050L0200001 - **Macrorregião TCE-ES:** Sul.

Exercício: 2021.

DA INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, ainda, nos temos art. 135, § 4ª c/c 137, inciso IV, do RITCEES, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, com ressalva daqueles próprios do profissional de contabilidade, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

Dos pontos de controle e constatações:

1. Itens de abordagem prioritária							
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	De Dispensa – inexigibilidade.	Lei 4.320/64, art. 60	Verificação documental.	39 (proc.)	029/2021; 035/2021; 118/2021; 131/2021; 144/2021; 176/2021; 384/2021; 449/2021; 489/2021; 558/2021; 757/2021; 781/2021	Diante das amostras selecionadas, não foi possível encontrar divergências entre despesas e empenho, sendo que todas as dispensas e inexigibilidades observaram os ditames da Lei nº 8.666/91.
1.2. Gestão Previdenciária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatórios	CF/88, art. 40., art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	12 meses	O registro por competência foi realizado adequadamente.
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Sim, houve pagamento tempestivo, conforme Análise de Conformidade das Contas CMMF
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não houve pagamento de juros, multa ou de obrigação complementares, ou seja, tudo devidamente pago em dia.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Sim, todos os servidores tiveram retenção das contribuições previdenciárias, quitadas tempestivamente.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não houve parcelamentos ou débitos pendentes devidos por este Poder Público



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.2.8	Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a receber e parcelamentos a receber débitos previdenciários	Relatórios	LRF	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não existem obrigações previdenciárias não recolhidas que foram objeto de cobrança
-------	--	------------	-----	-------------------------	----------	----------	--

1.3. Gestão Patrimonial							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada	Resultado
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios e Almoxarifado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, artigos 94 a 96. art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	06 meses	Todos os bens móveis e imóveis da Câmara encontram-se devidamente registrados e avaliados. O trabalho é feito paralelamente entre o Setor Patrimonial e Contábil, dessa forma quando é feito o balancete mensal, todas as divergências são apuradas e sanadas antes mesmo do fechamento.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Consulta Bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88 LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	02 instituições	02 instituições	CEF e Banco do Brasil
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, artigos 94 a 96. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Os valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras são totalmente compatíveis com os valores registrados e apresentados pelo Setor Contábil através de extratos bancários no final do exercício complementares.

1.4. Limites Constitucionais e Legais



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada	Resultado
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Relatório	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	A Receita Corrente Líquida do Município no exercício de 2021 foi de R\$ 71.885.862,81 (sem FUNDEF) e as despesas totais com pessoal na Câmara foi de R\$ 2.015.724,61, correspondente ao percentual de 2,80% de despesas total com pessoal em relação a Receita Corrente Líquida do município.
1.4.8	Despesas com pessoal descumprimento de limites - nulidade do ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade o ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21, Parágrafo único.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não houve aumento de despesas com pessoal nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao término do mandato do titular do Poder.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Relatório	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	As despesas totais com pessoal não excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder, nem o limite legal de 6% nem o prudencial de 5,7% foi ultrapassado.
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Relatório	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	As despesas totais com pessoal não ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, não foi necessário a adoção de medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Relatório	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	O duodécimo repassado foi no valor de R\$ 2.782.807,08. O gasto com a folha de pagamento foi de R\$ 1.553.827,39 (já sem encargos trabalhistas e os inativos). Assim sendo, comprometeu cerca de 55,83% por cento dos recursos financeiros recebidos, percentual menor que 70%, limite este constitucionalmente previsto no artigo 29-A, § 1º da CRFB/88.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Norma Municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	A fixação do subsídio dos Vereadores foi determinada pela Lei Municipal 2.868/2020. Foi observado a fixação do subsídio para a legislatura subsequente.
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Norma Municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Com base na alínea “b” do inciso VI do artigo 29 da CR/88, foi obedecido o limite máximo de 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais,
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Relatório	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	O total da despesa com a remuneração dos Vereadores NÃO ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatório	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	O total da despesa com a remuneração do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou o os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88.

1.5	Demais atos de gestão
------------	------------------------------



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de conta	Verificação documental.	1	1	Todos os documentos da PCA estão de acordo com a IN 043/2017 do Tribunal de Contas, referente a remessa

2 Itens de abordagem complementar							
2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	Relatórios	LC 101/2000, art. 9º.	Verificação documental	12 meses	12 meses	Não foram expedidos atos de limitação de empenho no exercício de 2020. Não houve déficit orçamentário, assim como todos os gastos foram devidamente analisados.
2.2.31	Despesa – liquidação	Relatórios	Lei 4.320/1964, art. 63	Verificação documental	12 meses	12 meses	Todas as liquidações de despesas atendem aos pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Relatórios	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental	12 meses	12 meses	Todos os pagamentos de despesas foram feitos mediante prévia liquidação.
--------	--	------------	--------------------------	------------------------	----------	----------	--

2.5		Gestão Previdenciária					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatórios	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental	12 meses	12 meses	Foram realizadas as devidas retenções na fonte e recolhimento de impostos e as contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas, com o regular e tempestivo desconto previdenciário.

2.6		Demais Atos de Gestão					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Relatórios	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Verificação documental	12 meses	12 meses	As funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Relatórios	Legislação específica do órgão	Verificação documental	12 meses	12 meses	A legislação específica está sendo observada.
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Relatórios	CRFB/88, art. 37, caput.	Verificação documental	12 meses	12 meses	Não foi identificado o pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Licitação, Dispensa e Inexigibilidade	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Verificação documental	12 meses	12 meses	As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

DO PARECER DO CONTROLE INTERNO

É importante ressaltar, primeiramente, que o Controlador Interno em exercício (Lucas Soares Morgado), que a esta subscreve, foi nomeado tão somente em 04/01/2022, com o escopo de substituir interinamente a Controladora Interna (Margaret Bicalho Machado Justo) que esteve a frente da Unidade Gestora no ano de 2021, ante o gozo de sua licença-maternidade neste primeiro semestre de 2022.

Logo, os relatórios e inspeções realizadas, bem como os conteúdos dos arquivos referentes ao RELACI, RELUCI e INFOCI são todos de sua responsabilidade e competência, e, por isso, também subscreve os relatórios que compõe a PCA do corrente ano a Responsável pela Unidade Gestora no ano de 2021.

Dito isso, cumpre salientar que a Controladoria exerceu efetivamente sua atividade por meio de verificações/comparações de conformidade de documentos, normas, processos, além de outras manifestações.

No que se refere à legalidade dos atos da gestão orçamentária, financeira no que diz respeito às contas do Poder Legislativo, durante o exercício de 2021, representa, adequadamente, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados.

No que se refere à legitimidade, economicidade, eficácia e demais princípios que devem nortear os atos da presidente da Câmara Municipal, e tendo como base os pontos de controle avaliados e apresentados neste relatório, não foram encontradas inconformidades.

Ressalvamos que nossa opinião sobre as demonstrações contábeis se restringem a composição das presentes, não se constituindo em juízo de valor quanto à adequação dos registros contábeis, tendo em vista a ausência de habilitação



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

profissional técnica do Controlador que subscreve o parecer.

Ante ao exposto, até a presente data, em nossa opinião, com base no exercício da atividade, a referida prestação de contas encontra-se **REGULAR**.

Muniz Freire/ES, 25 de março de 2022.

LUCAS SOARES MORGADO

Controlador Interno
(em exercício)

MARGARET BICALHO MACHADO

Controladora Interno sob licença-
maternidade
(em exercício no ano de 2021)